



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE OUTUBRO DE 1989

ANO XV

PROPOSTA DE EMENDA
CONSTITUCIONAL N° 062/89

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário, PROMULGA a seguinte Emenda à Constituição do Estado.

Artigo Único - O artigo 146 da Constituição Estadual, passa a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 146 - Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

§ 1° - A lei complementar disporá sobre:

I - O regime das empresas concessionárias de serviços públicos, o caráter especial do contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - a política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviços adequados.

§ 2° - Nas concessões ou permissões de serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, bem como nas prorrogações dos prazos dos respectivos contratos, é vedada a cláusula de exclusividade".

JUSTIFICATIVA:

A proposição visa:

1.- suprimir o item I, do § 1°, do artigo 146, a expressão renovação, de vez que, através da renovação, inova-se o contrato, mantendo-se, porém, o seu objeto inicial. A persistir o intuito da renovação consignado no dispositivo, além da inconstitucionalidade por estender a norma contida no artigo 175, parágrafo único, alínea I, da Constituição Federal, estar-se-á fraudando a licitação, que deverá, obrigatoriamente, ser instaurada findo o prazo da concessão ou permissão.

2.- dar nova redação ao § 2° do artigo, como consequência da obediência ao processo licitatório, obrigatório para a

concessão ou permissão dos serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros.

3.- a supressão do § 3° do artigo, de vez que fere frontalmente o preceito contido no artigo 175 da Carta Magna Federal, segundo o qual "Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos".

Vale ressaltar que a exigência expressa do processo licitatório significa dizer que a Constituição está assegurando igualdade de condição a todos aqueles que dele participem. Portanto, é também conflitante com o artigo 5° da Carta Federal, onde está contido o basilar princípio de que todos são iguais perante a lei.

Ademais, é necessário destacar que dever-se-á, acima de tudo, levar-se em conta os superiores interesses da comunidade paranaense, que hoje clama pela melhoria dos serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros e que tal melhoria sem qualquer dúvida, somente poderá ser obtida através de concorrência pública e sem qualquer espécie de proteção ou forma de monopólio.

Sala das Sessões, em 11.10.89.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento: Dirceu Manfrinato,

Irondi Pugliesi,

José Alves,

Djalma de Almeida César,

Sabino Campos,

Nereu Carlos Massignan,

Renato Adur,

José Rogério Carvalho,

Lauro Lobo Alcantara,

Erondy Silvério,

Cândido Bastos,

Quielse Crisóstomo,

José Afonso Júnior,

Homero Oguido,

Vera Agibert,

Tadeu Lúcio Machado,

Pedro Tonelli,

Acyr Mezzadri,

Raul Lopes,

Haroldo Rodrigues Ferreira.